O impacto da perceção da ordem social e do comportamento político e cívico dos indivíduos na identidade social

Catarina Carvalho, Isabel R. Pinto, & José M. Marques
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto

Tendo por base a abordagem da identificação social (e.g. Tajfel, 1978) e a teoria da dinâmica de grupos subjetiva (e.g. Marques, Páez & Abrams, 1998) realizamos um estudo correlacional, através de um questionário *online* dirigido à população portuguesa (*N*=629), para avaliar o impacto da perceção de eficácia no controlo do desvio, avaliação da ordem social, e participação política e cívica dos indivíduos, na identificação com o endogrupo. Uma análise de equações estruturais mostra que o envolvimento dos indivíduos em ações coletivas poderá servir para restaurar uma identidade social fragilizada desde que os mecanismos de proteção da ordem social sejam percebidos como eficazes. Discutimos estes resultados com base na ideia de que os indivíduos resistem à anomia social através da restauração de uma identidade social fragilizada na medida em que acreditam que a sua ação pode contribuir para fortalecer o grupo e que o grupo tem mecanismos para defender eficazmente os seus padrões normativos.

Palavras-chave: Identidade Social; Reação ao Desvio; Comportamento Político; Participação Cívica.

INTRODUÇÃO

Em Portugal, temos vindo a observar uma progressiva diminuição da confiança dos cidadãos nas entidades nacionais e nas organizações políticas, assim como um aumento progressivo da abstenção eleitoral. Estes fenómenos parecem refletir um desinteresse generalizado pelos políticos e pela política em geral, e um afastamento dos cidadãos em relação à tomada de decisões de interesse público (e.g. eleger um governo, participar em assembleias de Juntas de Freguesia). A cidadania relaciona-se atualmente com uma progressiva crise de representação e de funcionamento das instituições democráticas, aumentando o afastamento dos cidadãos em relação às mesmas (Ferreira & Silva, 2005). A discrepância entre as necessidades e expectativas dos cidadãos e o real desempenho das instituições nacionais, a falta de eficácia do sistema político têm potenciado aquilo que muitos lêem como uma crise na democracia (Sousa & Tiães, 2008). É neste sentido que, segundo Magalhães (2004; 2005, *in* Antunes, 2008, p. 47), "os eleitores portugueses reconhecem a legitimidade do sistema democrático, mas manifestam insatisfação com o seu funcionamento e distanciam-se emocionalmente dos partidos políticos".

No entanto, a "crise na democracia" e o distanciamento dos cidadãos em relação aos partidos políticos não significam que as pessoas se demarquem de uma participação em prol da sociedade. Com efeito, outras formas de participação politica não convencional têm vindo a ganhar relevo nas práticas sociais (Jennings & van Deth, 1990; Klingemann & Fuchs, 1995, *in* Dalton, 2000). De entre estas práticas, podemos salientar a assinatura de petições, a participação em fóruns de discussão, a adesão a greves, participação em iniciativas cívicas (e.g. voluntariado, companhas de solidariedade), ou em movimentos sociais. A emergência deste tipo de participação leva-nos a acreditar que os indivíduos não estão desinvestidos da sociedade portuguesa em geral. Pelo contrário, "ser Português" parece continuar a ser um critério identitário relevante e determinante das práticas sociais das pessoas. Se por um lado, existe uma evidente insatisfação e desânimo em relação às instituições e nomeadamente aos partidos políticos, por outro lado, as pessoas não deixam de participar e de se manifestar por uma "sociedade melhor". Propomos, então, que o empenho na participação cívica (não-eleitoral, ou mesmo, não-institucional) pode constituir uma alternativa de ação que os indivíduos consideram necessária para a melhoria da

sociedade portuguesa, e para o reforço de um valor positivo para a sua identidade nacional.

A investigação reportada neste trabalho inspira-se nas teorias da *identidade social* e da *dinâmica de grupos subjetiva*, com o objetivo de analisar a ideia de que se, por um lado, a participação eleitoral pode predizer o reforço da identidade nacional mediado pela crença na ordem social vigente e nas entidades institucionais, a participação cívica prediz a identidade nacional na medida em que reforça os valores partilhados pelos indivíduos em relação à sociedade (padrões valorativos defendidos na Constituição Portuguesa).

Identidade nacional e teoria da identidade social

Segundo Tajfel (1978, p. 63) a identidade social define-se como "a *parte* do auto-conceito do indivíduo que decorre do conhecimento da sua pertença a um grupo social (ou grupos sociais), juntamente com o valor e significado emocional atribuído a essa pertença". Para este autor, os indivíduos estão motivados para alcançar e manter uma identidade social positiva (Tajfel, 1978), na medida em que tal identidade se reflete num auto-conceito também positivo. A identificação social tem por base dois processos psicológicos: a categorização social e a comparação social. O processo de categorização social, corresponde à percepção de si próprio e dos outros enquanto membros de uma mesma categoria social ou de categorias sociais opostas em contextos social relevantes. Da categorização social, decorre que os indivíduos acreditam possuir características comuns com os membros da sua categoria (o endogrupo) e características que os diferenciam de outros grupos (exogrupos). Este processo de assimilação ao endogrupo e de diferenciação em relação a um exogrupo permite aos indivíduos posicionarem-se no tecido social, adotando condutas conformes aos padrões normativos do endogrupo (Tajfel, 1978). Assim, é com base na noção de pertença ao grupo e na conformidade aos padrões normativos desse grupo que os indivíduos regulam a sua conduta, as suas atitudes, julgamentos e comportamentos, e a sua relação com os outros em cada situação social específica.

Segundo Tajfel (e.g., 1978), é através de uma comparação social entre o endogrupo e o exogrupos que os indivíduos são capazes de atribuir um valor ao seu grupo, e por conseguinte, à sua identidade social. O valor decorrente de uma comparação favorável do endogrupo com o exogrupo, ou o valor negativo decorrente de uma comparação desfavorável, repercutir-se-á de forma positiva ou negativa no auto-conceito social, ou seja, no valor que o indivíduo se auto-atribui enquanto membro do endogrupo.

Ao pensarmos na identidade nacional (ser Português), devido à conjuntura político-económico-social atual da sociedade portuguesa, e por comparação com outros países da Europa, dificilmente a identidade nacional será positiva. Com efeito, e como referimos, os cidadãos portugueses tendem, não só a perceber a ordem atual como negativa (pela descrença face às instituições nacionais), mas também a comparar-se negativamente com a maior parte dos outros países europeus em dimensões relevantes (por exemplo, em termos financeiros, condições de trabalho, cuidados de saúde e educação...). Perante este panorama potencialmente gerador de uma identidade nacional negativa, é possível que os cidadãos portugueses desejem alcançar um valor mais positivo para a sua identidade nacional. Com base na teoria da identidade social, o tipo de estratégias que os cidadãos portugueses poderão abraçar no sentido de reverter o valor da sua identidade nacional, depende da forma como percebem a posição relativa de Portugal perante outros países.

Estrutura Social, mudança social e movimentos sociais. Segundo Tajfel (1978), quando a distintividade positiva do endogrupo é ameaçada, os indivíduos poderão adotar diferentes estratégias para restabelecer uma identidade social positiva. Estas estratégias são, no entanto, condicionadas pelo tipo de estrutura social existente ou percecionada pelos indivíduos: 1) quando percecionam fronteiras grupais permeáveis (estrutura social de mobilidade social), os indivíduos envolvem-se em estratégias de mobilidade individual, procurando abandonar o seu grupo, portador de uma identidade negativa, e integrar outro grupo com uma posição relativa mais elevada na estrutura social; 2) quando percebem

impermeabilidade nas fronteiras intergrupais (estrutura social baseada na mudança social), os indivíduos podem adotar estratégias com o objetivo de alterar a estrutura social percebida, ou seja, alterar a posição relativa do endogrupo em relação ao exogrupo. Neste caso, a única maneira de mudar a condição desfavorável do seu grupo na estrutura social é procurando, em conjunto com os outros membros criar condições tendentes a gerar comparações sociais favoráveis ao endogrupo (Tajfel, 1978). Os membros do grupo unem-se no sentido de resolver um problema que sentem ter em comum (Toch, 1965, *in* Tajfel, 1978), a sua identidade social negativa.

Se adaptarmos esta linha de raciocínio à identidade nacional (ser Português), é fácil depreendermos que as fronteiras grupais são percebidas como pouco permeáveis ou, mesmo, impermeáveis. Neste contexto social e psicológico, uma identidade nacional negativa poderá ter impacto na motivação dos indivíduos para a participação em *movimentos sociais*, um fenómeno que parece consistente com a intensidade crescente com que têm vindo a surgir ações de tipo coletivo na sociedade portuguesa por comparação com a altura anterior a esta crise económica.

No entanto, a identidade nacional negativa não decorre apenas de uma comparação social negativa com os outros países. Sabemos que a situação política-económica-social portuguesa dificilmente reforça uma identidade nacional positiva junto dos cidadãos portugueses. Pelo contrário, a insatisfação demonstrada pelos cidadãos em relação à prestação das instituições nacionais atuais e à ordem social vigente, leva-nos a acreditar na fragilidade da identidade nacional. A falta de confiança nas instituições nacionais enquanto fator relevante de insatisfação identitária, pode também desencadear o envolvimento dos cidadãos em movimentos sociais no sentido de alterar um funcionamento social que reputam como "mau". Neste caso, estamos a falar de uma reação grupal no sentido de fortalecer os padrões normativos e valorativos do próprio grupo (sociedade Portuguesa); ou seja, o que a teoria da dinâmica de grupos subjetiva (e.g., Marques & Páez, 2008) denomina *de validade subjetiva do endogrupo*.

Confiança nas instituições nacionais e Dinâmica de grupos subjetiva

De acordo com a teoria da dinâmica de grupos subjetiva (e.g., Marques & Páez, 2008), apesar da perceção de clara diferenciação entre grupos ser determinante para o alcance de uma identidade social positiva (como podemos antever da abordagem da identificação social, Tajfel, 1978; Turner, Hogg, Oakes, Reicher, Wetherell, 1987), este objetivo só será alcançado se os membros do endogrupo contribuírem positivamente para a legitimação e validação dos padrões valorativos e normativos do grupo. Os indivíduos têm necessidade de assegurar que os padrões normativos do endogrupo são respeitados e valorizados pelos seus membros. Assim, a conformidade às normas sociais por parte dos membros do endogrupo é determinante para a crença numa identidade social positiva. Pelo contrário, a violação das normas por parte de membros do endogrupo ameaçam a legitimidade dessa identidade social positiva porque contribuem negativamente para o garante da legitimidade subjetiva nos padrões normativos do grupo. Segundo esta teoria, perante esta ameaça, são "acionados" mecanismos de controlo social no sentido de reforçar as normas que foram violadas, e assim restaurar o valor positivo da identidade social (Marques, Páez, & Abrams, 1998). A derrogação dos membros desviantes é um exemplo desses mecanismos. Ao reagir de forma extrema e negativa em relação aos membros desviantes do seu grupo, os indivíduos estão a afirmar o seu envolvimento não só com a norma violada, mas também com o seu grupo.

Eficácia perante o desvio e Dinâmica de grupos subjetiva. Neste âmbito, o desvio pode ser entendido como um fenómeno funcional uma vez que o grupo, ao reagir ao desvio, mostra que os seus mecanismos reguladores do comportamento dos seus membros são fiáveis, e que é capaz de revitalizar as normas e os valores que foram violados (Durkheim, 1895/1987; Marques e Páez, 2008). Quando o endogrupo é percebido como sendo capaz de detetar o desvio que ocorre no seu seio e de lidar apropriadamente com o mesmo, é percebido

como sendo também capaz de assegurar a ordem social e de assegurar a conformidade de comportamentos em respeito dos seus padrões normativos. A perceção de eficácia do grupo para lidar com o desvio parece ser, assim, determinante para reforçar os laços entre os seus membros (aumentando a solidariedade e coesão social) e dos seus membros para com estes padrões normativos (Durkheim, 1893/1984, 1895/1987). Se pelo contrário, os indivíduos percecionam que o grupo não tem os mecanismos de controlo social necessários (tanto para detetar como reagir perante o desvio), a norma violada poderá perder a sua força, e, em última instância, o grupo pode entrar num estado de anomia (Durkheim, 1893/1984), sendo veiculada nos seus membros, a ideia de que o grupo é incapaz de promover comportamentos normativos e de assegurar a ordem social. Esta perceção (de estado anómico) não só provoca sentimentos de desespero e insegurança entre os membros do grupo (ver Merton, 1938, e Parsons, 1942), como também pode levar a um desinvestimento dos indivíduos em relação ao grupo, a uma desidentificação.

Se a perceção de eficácia grupal em lidar com o desvio, reflete uma perceção de que a ordem social grupal é satisfatória, e, por conseguinte, é um fator determinante para o garante de uma identidade social positiva, podemos pensar que a perceção de eficácia das instituições judiciais portuguesas em controlar o crime (e.g. corrupção) é um preditor de uma identidade nacional satisfatória. Assim, a participação dos cidadãos no reforço das instituições existentes (e.g., participação em atos eleitorais) deve estar associada de forma significativa à confiança que os indivíduos têm nas instituições e consequentemente ao reforço da sua identidade nacional. Da mesma forma, a participação coletiva em eventos de caris cívico e não institucional (e.g., manifestações, voluntariado, etc) deve também constituir um preditor de uma identidade nacional satisfatória, na medida em que reflete o empenho dos indivíduos numa contribuição positiva para a sociedade Portuguesa. No entanto, se pensarmos neste tipo de participação enquanto estratégia de mudança social esperamos que o empenho dos indivíduos neste tipo de participação não esteja associado à confiança que detêm nas instituições (uma vez que procurariam a alteração da ordem social), mas sim aos valores que consideram que deveriam ser defendidos pela sociedade Portuguesa (valores Constitucionais). A participação cívica consistiria numa participação no sentido de validação dos padrões valorativos do endogrupo.

METODOLOGIA

Participantes

A amostra deste estudo é constituída por 629 sujeitos, 359 sujeitos do sexo feminino e 270 sujeitos do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 16 e os 77 anos (M = 36,37; DP = 12,18). Apenas 18 sujeitos indicaram residir no estrangeiro, sendo portanto a maioria residente em Portugal. Relativamente à escolaridade, 83,5 % dos participantes frequentaram o ensino superior (N = 525), 15,4% possuíam o ensino secundário (N = 97) e 1,1%, o ensino básico (N = 7).

Procedimentos

O estudo foi conduzido por meio de um questionário online, desenvolvido na aplicação LimeSurvey, podendo ser respondido por qualquer pessoa com acesso à internet e ao *link* gerado. O seu preenchimento foi voluntário e anónimo. O *link* de acesso ao questionário esteve disponível durante todo o mês de Novembro de 2012, e foi difundido via e-mail para diversas entidades de todo o país, nomeadamente sedes de partidos políticos, sindicatos, Organizações Não Governamentais (ONG), Câmaras Municipais, instituições sociais, associações, fundações, movimentos organizados e grupos de cidadania ativa, Universidades, entre outros, assim como em redes sociais. Os participantes foram informados de que o estudo incidia sobre a participação cívica e política dos cidadãos portugueses.

Instrumento [32]

Os participantes responderam a 10 conjuntos de questões. No primeiro conjunto, responderam a questões sociodemográficas que incluíam *Idade*, *Sexo*, *Nacionalidade*, *Residência* e *Escolaridade*.

Eficácia de controlo da corrupção. Pedimos aos participantes para nos indicarem a sua opinião em relação à capacidade dos órgãos competentes (nacionais) para detetarem e reagirem eficazmente contra a corrupção. Este conjunto de questões pretende aplicar a perceção de eficácia da reação grupal em relação ao desvio, concretizado no crime de corrupção. Os participantes deram o seu grau de acordo relativamente a 4 afirmações em escalas de 7 pontos (1 = *Discordo totalmente* e 7 = *Concordo totalmente*), dos quais destacamos os seguintes exemplos: "De uma maneira geral, acredito que os órgãos competentes agem eficazmente contra a corrupção." e "De uma maneira geral, as instituições competentes têm mecanismos para detetar a corrupção". Construímos uma medida única de *Eficácia de controlo da corrupção* resultante da média dos 4 itens medidos (á de Cronbach = .786).

Avaliação da Confiança nas Entidades Nacionais. Neste grupo de questões, foi medida a confiança dos participantes nas entidades nacionais em geral (remetendo para as áreas da Justiça, Educação, Saúde, Emprego e Assistência Social, Segurança e Defesa Nacional, Assembleia da República, Governo e Presidente da República). Os participantes responderam a 4 itens em escalas de 7 pontos, das quais destacamos os seguintes exemplos: "De uma maneira geral, a minha opinião em relação às entidades nacionais é" (1 = *Muito negativa* e 7 = *Muito positiva*) e " Como cidadão português, quando penso nas entidades nacionais, sinto-me" (1 = *Nada preocupado(a)* e 7 = *Muito preocupado(a)*). Construímos uma medida única de Avaliação de *Confiança nas Entidades Nacionais* resultante da média dos 4 itens medidos (á de Cronbach = .715).

Impacto da Participação na Sociedade. De forma a medir a crença dos participantes quanto ao seu contributo na sociedade, mediante a sua participação politica, cívica e/ou decorrente da atividade profissional, os participantes expressaram a sua opinião em relação a 6 itens em escalas de 7 pontos (1 = *Discordo totalmente* e 7 = *Concordo totalmente*), dos quais destacamos os seguintes exemplos: "Considero que ajudo a melhorar o funcionamento das instituições nacionais." e "Considero que ajudo a melhorar a sociedade portuguesa". Construímos uma medida única de *Impacto* resultante da média dos 6 itens medidos (á de Cronbach = .869).

Reforço dos Valores. Assumindo que os valores definidos na Constituição da República Portuguesa são princípios orientadores relevantes do nosso comportamento enquanto cidadãos portugueses e, portanto, valores relevantes para a definição da Identidade Nacional, medimos a crença dos participantes em relação ao impacto da sua participação na promoção de cada um dos seguintes valores: *Liberdade*, *Justiça*, *Dignidade*, *Solidariedade*, *Igualdade*, *Paz*, *Integridade*, *Compreensão* e *Responsabilidade*, através do item "Considero que a minha participação na sociedade promove este valor", numa escala de 7 pontos (1 = *Discordo totalmente* e 7 = *Concordo totalmente*). Construímos uma medida única de avaliação da promoção desses valores, resultante da média dos 9 valores medidos (á de Cronbach = .838)[33].

Motivação para Participar Civicamente. No sentido de medir a intenção dos participantes de participar em iniciativas cívicas, foi pedido aos participantes que indicassem o grau de motivação para participarem em ações, como por exemplo: grupos religiosos, voluntariado, movimentos sociais (e.g., manifestações, greves), petições, ações de protesto e debates

[32] Para a validação do instrumento utilizado, realizou-se um pré-teste com base em entrevistas, seguido de um estudo piloto com uma amostra aleatória.

[33] $M = 5{,}68$; $DP = 1{,}10$

sobre questões sociais, através do item "De uma maneira geral, como define a sua motivação para participar" numa escala de 7 pontos (1 = *Pouca motivação* e 7 = *Muita motivação*). Construímos uma medida única de *Motivação* resultante desse item.

Participação Política. Neste grupo, foi medida a participação dos participantes apenas em atos eleitorais (eleições legislativas, presidência da república e eleições autárquicas) através de 3 itens em escalas de 7 pontos (1 = *Nunca* e 7 = *Sempre*)., dos quais destacamos os seguintes exemplos: "Costuma votar nas eleições legislativas (para a Assembleia da República)?" e "Costuma votar nas eleições para a Presidência da República?". Construímos uma medida única de *Participação Política* resultante da média dos 3 itens medidos (á de Cronbach = .958).

Identificação Nacional. Com o objetivo de medir o grau de identificação nacional dos participantes, pedimos-lhes para responderem a 5 itens em escalas de 7 pontos (1 = *Discordo totalmente* e 7 = *Concordo totalmente*), dos quais destacamos os seguintes exemplos: "De uma maneira geral, identifico-me com a sociedade Portuguesa." e "É importante para mim ser português". Construímos uma medida única de *Identificação Nacional* resultante da média dos 5 itens medidos (á de Cronbach = .885)

RESULTADOS

Identificação Nacional. Através de uma análise correlacional no sentido de estabelecer a intensidade e direção da relação linear entre cada uma das medidas utilizadas neste estudo, verificou-se que a *Identificação Nacional (Identidade Social)*, apresenta uma correlação positiva significativa com todas restantes variáveis (ver Tabela 1). Assim, apesar de não ser possível estabelecer uma relação causa-efeito entre as variáveis estudadas, podemos inferir que quanto mais os participantes confiam nas instituições nacionais, mais elevada a identificação social.

Tabela 1. Correlações Momento-Produto de Pearson entre as Medidas

Medidas	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.
1 Eficácia e Controlo da Corrupção	1						
2 Av. Confiança nas Entidades. Nacionais	.416***	1					
3 Impacto da Participação na Sociedade	.132**	----	1				
4 Reforço dos Valores	.125**	----	.496***	1			
5 Motivação para Participar Civicamente	.115**	.116**	.452**	.318**	1		
6 Participação Política	----	.137***	.134***	.124**	.205**	1	
7 Identidade Nacional	.175***	.312***	.201***	.237***	.217***	.181***	1

*p≤.05; ** p≤.01; *** p≤.001

Confiança nas Entidades. Os resultados, no geral, são encorajadores quanto ás nossas predições. A confiança nas entidades nacionais está positivamente relacionada com a perceção de eficácia contra a corrupção e com a participação política (para além da motivação para participar em iniciativas cívicas futuras). É de notar que, no entanto, não se relaciona com a crença do individuo quanto ao impacto da sua participação na

promoção dos valores sociais e na melhoria da sociedade. Temos, portanto, um grupo de associações significativas entre as medidas de confiança na ordem social vigente e na participação eleitoral.

Impacto da Participação na Sociedade. Verificamos, por outro lado, um outro grupo de associações sobre a participação dos indivíduos na sociedade. Quanto maior a crença dos participantes de que a sua participação na sociedade tem algum impacto, maior a participação política e a motivação para participar civicamente. É interessante também notar (tal como previsto), que a perceção de que a participação dos indivíduos promove os valores sociais está também significativamente associada a estas medidas de participação.. A avaliação do impacto da participação na sociedade não apresenta, contudo, qualquer relação com a avaliação da confiança nas entidades nacionais.

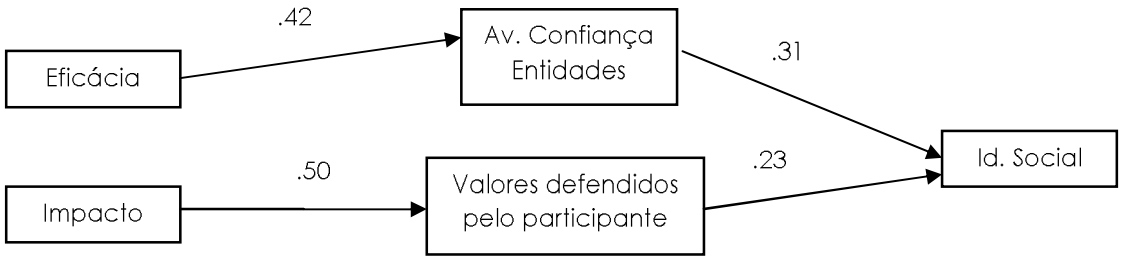
Assim, se por um lado temos um grupo de variáveis relacionadas com a confiança na ordem social que está significativamente associada à identidade nacional, por outro temos (e separadamente), outro conjunto de variáveis relacionadas com o impacto da participação dos indivíduos também no reforço identitário.

Ambos os tipos de participação, quer a institucional (*Participação Política*) quer a cívica (*Motivação*) estão associados a ambos os grupos de medidas.

De seguida, e com o intuito de testarmos os nossos modelos, procedemos a uma análise de equações estruturais de forma a encontrar o modelo com este conjunto de variáveis que evidencie melhor ajuste.

Preditores da Identidade Nacional. Tendo por base os pressupostos teóricos mais estruturais apresentadas anteriormente, começamos então por testar a ideia de que a confiança e satisfação com a ordem social atual, assim como o impacto na crença da eficácia da participação do indivíduo na sociedade através da defesa dos valores são, preditores da identidade nacional (Figura 1).

Figura 1. Modelo 1. **Preditores da Identidade Nacional.**



Todos os coeficientes de regressão standardizados (betas) são significativos ($p \leq .001$; $p \leq .01$; $p \leq .05$).

Tabela 1. Resultados da análise de equação estrutural do Modelo 1.

	χ^2 (df)	CMIN/DF	GFI	NFI	CFI	RMSEA	AIC
Modelo 1	19,740 (6) **	3,290	.988	.953	.966	.060	37,740

*p≤.05; ** p≤.01; *** p≤.001

Os resultados referentes ao modelo com melhor ajuste em relação às medidas estudadas (Figura 1), mostram, com efeito, que a identificação nacional dos indivíduos é predita, de

forma significativa, tanto pela crença dos indivíduos de que a ordem social é satisfatória, como pelo facto de considerarem que a sua participação na sociedade tem impacto social.

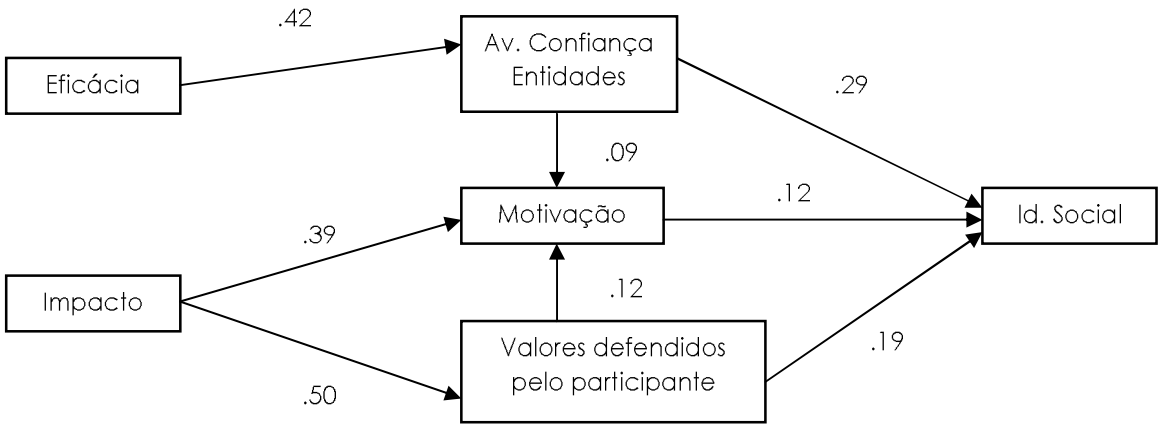
É, no entanto, de salientar que a confiança nas entidades é um mediador da relação entre a perceção de eficácia em lidar com o desvio e a identificação nacional. Estes resultados são consistentes com os pressupostos da teoria da dinâmica de grupos subjetiva, na medida em que sugerem que a perceção de que o grupo (sociedade Portuguesa) é capaz de lidar com o desvio (corrupção) determina um reforço na identidade social, na medida em que os indivíduos acreditam que a ordem social é eficaz (acreditam que os padrões normativos do grupo são válidos).

Por outro lado, devemos salientar que a crença dos indivíduos de que a sua participação tem impacto na melhoria da sociedade é um preditor doa identidade nacional, na medida em que os indivíduos consideram que a sua participação promove os valores sociais (padrões normativos que a sociedade Portuguesa deveria defender).

Participação Cívica e Política, e Identidade Nacional. De seguida, tendo por base este modelo encontrado, decidimos testar de que forma é que a participação, quer cívica, quer política manifestada pelos participantes, se integram no modelo. Os modelos reportados neste artigo referem-se aos modelos que mostram melhores valores de ajuste dos dados.

O modelo com melhor ajuste relativo à participação cívica, encontra-se abaixo (ver Figura 2 e Tabela 2). Os resultados revelam que incluindo este mediador, o modelo anterior melhora os valores de ajustamento, revelando que a motivação para participar na sociedade é uma variável importante no reforço da identificação social (Figura 2).

Figura 2. Modelo 2. **Participação Cívica e Identidade Nacional.**



Todos os coeficientes de regressão standardizados (betas) são significativos ($p \leq .001$; $p \leq .01$; $p \leq .05$).

Tabela 2. Resultados da análise de equação estrutural do Modelo 2.

	χ^2 (df)	CMIN/DF	GFI	NFI	CFI	RMSEA	AIC
Modelo 2	16,289 (7) *	2,327	.991	.972	.984	.046	44,289

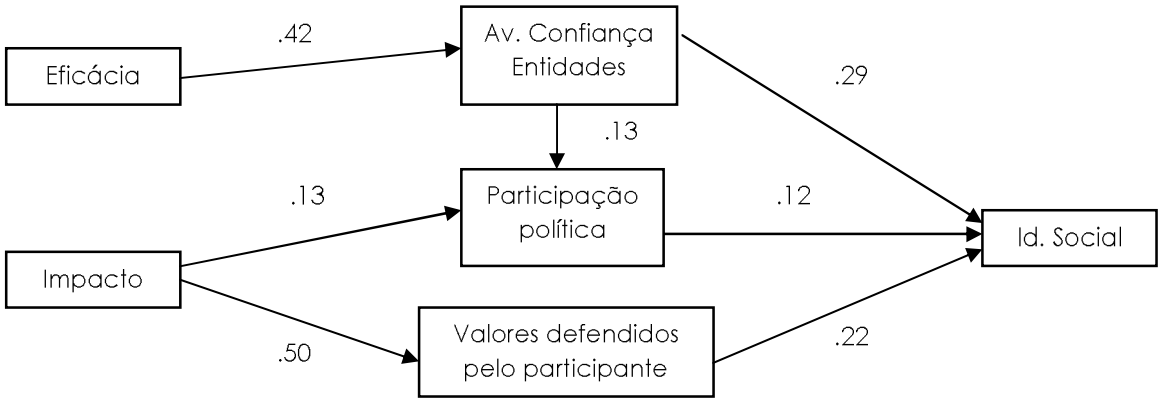
*p≤.05; ** p≤.01; *** p≤.001

Os resultados indicam que a motivação para participar civicamente é predita tanto pela crença de que as entidades nacionais são confiáveis, como pela crença de que a sua

participação é importante para a sociedade. A motivação para a participação cívica prediz, por sua vez, e de forma positiva, o empenho dos indivíduos para com a sociedade Portuguesa.

Procurámos encontrar o modelo de melhor ajuste que determinasse o peso da participação política no reforço da identificação nacional (Figura 3).

Figura 3. Modelo 3. **Participação Política e Identidade Nacional.**



Todos os coeficientes de regressão standardizados (betas) são significativos ($p \leq .001$; $p \leq .01$; $p \leq .05$).

Tabela 3. Resultados da análise de equação estrutural do Modelo 3.

	χ^2 (df)	CMIN/DF	GFI	NFI	CFI	RMSEA	AIC
Modelo 3	24,374 (8) **	3,047	.987	.946	.963	.057	50,374

*p≤.05; ** p≤.01; *** p≤.001

O modelo encontrado, apesar de igualmente aceitável em termos de valores de ajustamento (Tabela 3) revela um pior ajuste. A *Participação política* relaciona-se essencialmente, e de forma intensa, com a confiança nas instituições nacionais. Quanto mais os participantes confiam na ordem social portuguesa, mais consideram que a sua participação política será relevante para a promoção da identidade nacional. Ao contrário da Motivação para a participação cívica, este tipo de participação não se relaciona com a crença de que a sua participação ajuda a promover os valores supremos da sociedade Portuguesa. Estes resultados sugerem que a *participação política* não parece ser um instrumento de defesa dos padrões do grupo (valores), mas possivelmente uma resposta à avaliação favorável das entidades nacionais na manutenção da ordem social.

CONCLUSÕES

Os nossos resultados, tal como esperávamos, mostram a existência de "dois caminhos" para o reforço da identidade nacional. Por um lado, a crença de que a sociedade Portuguesa lida eficazmente com a corrupção e a confiança na ordem social vigente são um estímulo ao reforço dos laços que os indivíduos estabelecem com esta sociedade. Com efeito, a perceção de eficácia no controlo da corrupção revelou-se um preditor relevante da

identidade nacional, mediado pela confiança nas instituições Portuguesas, e na ordem social vigente. Estes resultados são consistentes com os pressupostos da teoria da dinâmica de grupos subjetiva, na medida em que sugerem que a crença de que o grupo (sociedade Portuguesa) implementa eficazmente os mecanismos de controlo social disponíveis sobre o desvio (neste caso, a corrupção) é um fator determinante no restauro de uma identidade social positiva. No entanto, a eficácia da perceção de reação ao desvio é um preditor da identidade nacional na medida em que os indivíduo validam subjetivamente a sociedade Portuguesa (crença na fiabilidade das instituições nacionais.

Por outro lado, a perceção de que a participação dos indivíduos tem impacto no reforço dos padrões normativos e valorativos da sua sociedade parece ser um forte consolidador da coesão social. No entanto, esta relação existe na medida em que os indivíduos acreditam que a sua participação fortalece os valores nacionais definidos na Constituição.

Assim, o reforço da identidade nacional parece ser estimulado tanto pela crença de que a ordem social (instituições nacionais) é fiável e funcional (validade subjetiva do grupo), como pela perceção de que a participação dos indivíduos fortalecem os valores sociais, legitimando a validade subjetiva da sociedade Portuguesa. Os resultados apontam ainda para o fato destes dois preditores do reforço da identidade social serem determinante para que os indivíduos participem ativamente na sociedade, tanto em termos políticos como em termos cívicos. Com efeito, quanto mais confiam nas instituições nacionais (ordem social) e quanto mais consideram que a sua participação tem impacto para o melhoramento da sociedade, mais os indivíduos mostram que participam eleitoralmente e mais motivados estão para a participação cívica.

No entanto, os dois tipos de participação (política e cívica) parecem ser determinados por motivos diferenciados. Com efeito, apenas a motivação para a participação cívica parece ser percebida como reforçadora dos valores Constitucionais. Pelo contrário, a participação política eleitoral não é percebida como fonte de validação dos valores nacionais. Perante este resultado, poderemos supor que este tipo de participação esteja mais associada a uma identificação social num outro nível de abstração (nível mais subordinado de categorização social), nomeadamente, a uma identificação partidária, sendo o voto eleitoral ação necessária para o reforço da distintividade positiva do grupo (partido político) com o qual o sujeito se identifica; com os valores que o definem e/ou com o grupo de pessoas que o constituem. A participação eleitoral pode também estar fortemente associada a um conjunto de valores de natureza política, como o autoritarismo, religiosidade e conservadorismo social (para uma análise mais aprofundada ver Antunes, 2008).

Em conclusão, estes dados sugerem que o envolvimento dos indivíduos em ações coletivas poderá servir para restaurar uma identidade social fragilizada e fortalecer o grupo. No entanto, este estudo não fornece todas as explicações quanto aos fatores que desencadeiam esta motivação para participar e defender os valores.

Podemos apenas supor que na base da motivação para o envolvimento em ações coletivas poderá estar a percepção de uma anomia social resultante de uma avaliação desfavorável do desempenho do seu grupo, levando o individuo e adotar estratégias alternativas no sentido de contribui para repor o valor positivo do mesmo.

AGRADECIMENTOS

A toda a equipa do Grupo de Investigação em Psicologia Social (FPCEUP).

CONTACTO PARA CORRESPONDÊNCIA

Catarina Carvalho (catarina.nslcarvalho@gmail.com)

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Rua Alfredo Allen, 4200-135 Porto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antunes, R. (2008). Identificação Partidária e Comportamento Eleitoral – Factores Estruturais, Atitudes e Mudanças no sentido de voto. Dissertação de Doutoramento em Psicologia Social. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Coimbra.

Dalton, R. J. (2000) Citizen attitudes and political behavior. Comparative Political Studies, vol. 33, 6/7, 912-940.

Durkheim, E. (1893/1984). *A divisão do trabalho social* (2ª Ed.). Vol. I. Lisboa: Editorial Presença.

Durkheim, E. (1895/1987). *As regras do método sociológicos*. Lisboa: Editorial Presença.

Marques, J. M., Páez, D. & Abrams, D. (1998). Social identity and intragroup differentiation as subjective social control. In S. Worchel, J. F. Morales, D. Páez & J.-C. Deschamps (Eds.), *Social Identity: International perspectives* (pp. 124-141). Nova Iorque: Sage.

Marques, J. M., & Páez, D. (2008). Dynamique de groupes subjective: un cadre théorique pour l'effet brebis galeuse. In R. V. Joule et P. Huguet (Eds), Bilans et perspectives en psychologie sociale (Série nº 2, pp. 71-115). Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

Salazar, M. J. (1998). Social Identity and National Identity. In S. Worchel, J. F. Morales, D. Páez & J.-C. Deschamps (Eds.), *Social Identity: International perspectives* (pp. 114-123). Nova Iorque: Sage

Sousa, L. & Tiães, J. (2008). *Corrupção e os Portugueses: Atitudes, Práticas e Valores*. Lisboa: RCP Edições.

Tajfel, H. (1978). *Differentiation between social groups: studies in the social psychology of integroup relations*. Londres: Academic Press.

Turner, J. C.; Hogg, M. A., Oakes, P. J., Reicher, S. D., & Wetherell, M. S. (1987). *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. Oxford, UK: Basil Blackwell.